

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BENTO DO SUL – CMDCA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA Nº 16/2023 – EDITAL FIA 2023

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de São Bento do Sul no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme preconizado na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”; Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que “Dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências”; Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de Dezembro de 2015, que “Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999”; Decreto Municipal 2131/2023 e Lei Municipal nº 3.540, de 27 de maio de 2015, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando a seleção pública de projetos para financiamento pelo Fundo Municipal para a Infância e Adolescência (FIA) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul (CMDCA/SBS) para o ano de 2023.

1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. O propósito da formalização do Termo de Parceria com OSC's devidamente inscritas/registradas no CMDCA/SBS, conforme (Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010), será para a execução de projetos de cunho social, complementares ou inovadores, voltados a políticas públicas da criança e do adolescente, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros do FIA de São Bento do Sul.

1.2. O FIA tem por objetivo facilitar o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente. Estas ações se referem, prioritariamente, aos programas de proteção especial às crianças e aos adolescentes expostos a situações de risco pessoal e social, cujas necessidades de atenção extrapolam o âmbito de atuação das políticas sociais básicas.

1.3. Fazem parte deste edital:

1.3.1. Anexo I – Requerimento;

1.3.2. Anexo II – Formato do Projeto e Descrição técnica do projeto.



- 1.3.3.** Anexo III – Declaração de compromisso com a divulgação da parceria entre a OSC e ou Programa Governamental e o CMDCA/FIA.
- 1.3.4.** Anexo IV – Documentos exigidos para o repasse do recurso.
- 1.3.5.** Anexo V – Plano de Trabalho.
- 1.3.6.** Anexo VI – Minuta do Termo de Fomento.
- 1.3.7.** Anexo VII – Manual para Prestação de Contas conforme lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e Decreto nº 2131 de 26 de junho de 2023.

2. DOS OBJETIVOS

2.1. O presente edital busca selecionar novos projetos de cunho social, e/ou reedição de projetos que já foram caso de sucesso, com o objetivo de incentivar, apoiar, promover, atender, valorizar e dar visibilidade as práticas das OSC's inscritas/registradas no CMDCA/SBS, conforme (Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010) e que contribuam para a promoção, garantia, defesa, atendimento de crianças e adolescentes, bem como qualificar e potencializar os serviços para a promoção da rede de atendimento à criança e adolescente de São Bento do Sul.

2.2. Serão considerados os projetos apresentados pelas OSC's, cuja proposta prevejam ações a serem desenvolvidas no período máximo de até 12 (doze) meses e que contemple ações previstas no item **5.5** deste Edital.

2.3. Objetivos específicos da parceria:

2.3.1. Promover direitos da criança (pessoa até 12 anos de idade incompletos) e do adolescente (pessoa de 12 a 18 anos incompletos), bem como, oportunizar o fortalecimento da sua autoestima, através de projetos inovadores e complementares;

2.3.2. Promover capacitação profissional de adolescentes com idade entre 14 e 18 anos incompletos, visando prepará-los para inserção no mercado de trabalho, através de projetos de educação e trabalho de orientação profissional e vocacional;

2.3.3. Fornecer informações, contribuir para o amadurecimento de ideias e desenvolvimento de competências;

2.3.4. Resgatar e/ou fortalecer vínculos afetivos, convívio social; e

2.3.5. Atender diretamente crianças ou adolescentes visando seu preparo para o exercício da cidadania enquanto agentes transformadores de sua realidade, com atividades de esporte, lazer ou cultura.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. O CMDCA de São Bento do Sul não financia projetos de políticas públicas básicas, apenas projetos inovadores e complementares, sem predeterminar o objeto, cabendo a OSC selecionar os eixos de seu interesse.

3.2. Garantir a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos



3.3. Para os fins deste edital se entende por projeto o conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto destinado à satisfação de interesses compartilhados pela Administração Pública e pelas OSC's.

3.4. As decisões de aplicação dos recursos do FIA de São Bento do Sul, bem como, a aprovação e acompanhamento dos projetos voltados a crianças e adolescentes financiados através deste recurso, são de competência exclusiva do colegiado do CMDCA de São Bento do Sul, com base em normativas federais.

3.5. Destaca-se ainda que este edital é voltado especificamente para entidades que possuem registro e inscrição de programas junto ao CMDCA de São Bento do Sul, constituindo-se este um critério para acesso aos recursos do FIA de São Bento do Sul.

4. DO RECURSO FINANCEIRO

4.1. O CMDCA/SBS destinará a quantia de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

4.1.1 As despesas provenientes da execução deste Edital de Chamamento serão custeadas por pela Dotação Orçamentária do exercício financeiro de 2023:

Órgão 10 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade 03 – Fundo da Infância e Adolescência

Ação 90 – Auxílio Financeiro à Diversas Entidades – FIA

Elemento de Despesas – (513) 33.35.043.00000000.3090177 – Subvenção Social.

4.2 O valor previsto no item 4.1 será aplicado da seguinte forma:

4.2.1 Os valores destinados para projetos poderão ser utilizados na totalidade para subvenção social, ou no mínimo 70% (setenta por cento), para subvenção social e até 30% (trinta por cento) para obras, reformas e ampliação de estruturas físicas.

4.2.2 Os recursos previstos para construção, reforma, ampliação ou melhoria de base física poderão ser remanejados para subvenção social, de acordo com a demanda, desde que não implique aumento de despesa.

4.2.3. A aplicabilidade do item **4.2.1** deste edital, deverá estar em conformidade com o Decreto Municipal nº 2.006, de 20 de novembro de 2020 que homologou a Resolução CMDCA nº 16/2020.


4.2.4 Cada projeto deverá ter valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Cada entidade poderá apresentar um ou mais projetos desde que não ultrapasse o valor estabelecido por projeto.

4.2.5 Também poderá apresentar projetos em diferentes linhas de atuação da política pública aqui definida, porém a prioridade é contemplar um projeto por entidade.

4.2.6 Sendo habilitada a proposta das entidades que apresentaram projetos e havendo mais projetos destas entidades e recurso previsto no item **4.1** deste edital, será feito outras rodadas de habilitação de propostas.

4.2.7 Os projetos serão financiados de acordo com a disponibilidade de recursos previsto no item **4.1** deste edital.

5. DOS CRITÉRIOS E REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO E SELEÇÃO DO PROJETO



5.1. As OSC's devem apresentar seus projetos para a análise, apreciação e deliberação do CMDCA, dentro do prazo de inscrição estipulado.

5.2. Para inscreverem projetos a serem financiados com recursos do FIA as OSC's deverão:

5.2.1. Estar em dia com o registro no CMDCA/SBS, durante a vigência do projeto.

5.2.2. Não possuir prestação de contas pendentes de aprovação.

5.2.3. É vedada a participação no presente Chamamento Público de Organização da Sociedade Civil (OSC) que tenha em seu quadro de dirigente: tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

5.2.4. Ficarão impedidas de participar no presente Edital, as Organizações da Sociedade Civil que não atenderem as exigências da Lei nº 13.019/2014 e alterações, bem como aquelas impedidas de contratar ou celebrar contratos e parcerias com a Administração Pública.

5.3. Somente poderão ser selecionados projetos desenvolvidos ou criados pelas organizações selecionadas, passíveis de financiamento pelo CMDCA e o FIA de São Bento do sul.

5.4. Os projetos inscritos, deverão atender crianças e ou adolescentes e estarem em conformidade com a legislação vigente, em especial ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Resolução nº 137/2010/CONANDA, Lei Municipal nº 3.540/2015 e Resolução nº 16/2020/CMDCA que dispõe sobre as normas de funcionamento do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência de São Bento do Sul, homologado por meio do Decreto Municipal nº 2.006, de 20 de novembro de 2020.

5.5. O projeto deve contemplar, cumulativamente ou não, aspectos que envolvam necessariamente ações relacionadas a atenção a crianças e atendimentos, sob a orientação e recomendação do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente de São Bento do Sul – 2017/2026, (<http://www.saobentodosul.sc.gov.br/d/444#.WNUi6m8rKUK>), com base nos seguintes eixos:

5.5.1 Eixo 1 – Promoção dos direitos de crianças e adolescentes;

a) Promoção da cultura do respeito e da proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, das instituições e da sociedade.

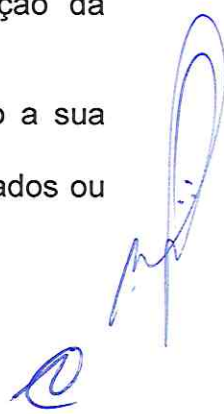
b) Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades, com promoção da equidade e afirmação da diversidade.

5.5.2 Eixo 2 – Proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

a) Universalização e fortalecimento dos conselhos tutelares, objetivando a sua atuação qualificada.

b) Proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados.

5.5.3 Eixo 3 – Participação de crianças e adolescentes;





CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: cmdca@saobentodosul.sc.gov.br

a) Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a expressão livre de crianças e adolescentes sobre os assuntos a eles relacionados e sua participação organizada, considerando sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

5.5.4 Eixo 4 – Controle Social da efetivação dos direitos; e

a) Universalização e fortalecimento dos conselhos de direitos da criança e do adolescente para assegurar seu caráter paritário, deliberativo e controlador, garantindo a natureza vinculante de suas decisões.

5.5.5 Eixo 5 – Gestão da política

a) Fomento e aprimoramento de estratégias de gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fundamentadas nos princípios da indivisibilidade dos direitos, descentralização, intersetorialidade, participação, continuidade e corresponsabilidade dos três níveis de governo.

b) Efetivação da prioridade absoluta no ciclo e na execução orçamentária das três esferas de governo para a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, garantindo que não haja cortes orçamentários.

c) Qualificação de profissionais para atuarem na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes com especial atenção para a formação continuada de conselheiras e conselheiros dos direitos e tutelares.

d) Implementação de monitoramento gerencial do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e do seu respectivo orçamento.

e) Produção de conhecimentos sobre a infância e a adolescência, aplicada ao processo de formulação de políticas públicas.

5.6. Para execução das propostas do projeto, podem ser financiadas as despesas de acordo com a Resolução nº 137/2010/CONANDA e demais normativas do CMDCA de São Bento do Sul, permitida:

5.6.1. Para subvenções sociais de projetos de cunho social, complementares ou inovadores, voltados a políticas públicas da criança e do adolescente e conforme orientações dos itens **4.2.1** e **5.5** deste edital;

5.6.2. Para auxílio investimento, na aquisição de material permanente, bens móveis, mobiliário, equipamentos, materiais de consumo, e de outros insumos necessários ao desenvolvimento do projeto e conforme orientações do item **4.2.2.** Deste edital;

5.7. Não serão objetos de financiamento:

5.7.1. Despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu.

5.7.2. Transferência sem a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul;

5.7.3. Financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente.

5.7.4. Projetos que visem o pagamento de funcionários e equipamentos para o setor administrativo da entidade;

5.7.5. Projetos com prazo de execução superior a doze meses;

5.7.6. projeto realizado nos últimos 3 anos, de forma consecutiva, em atendimento ao inciso I, Art. 15 da Resolução nº 137/2010/CONANDA;

5.7.7. Despesas com uso de veículo/transporte que não tenha comprovação de vínculo com a entidade contemplada;

5.7.8. Projetos que atendam as atividades já previstas no plano de ação das OSC's; e

5.7.9. Projetos que prevejam contrapartida financeira ou por meio de prestação de serviços do público-alvo.

5.8. Em caso de utilização de veículo/transporte, é necessário a observância das normas regulamentadoras junto aos órgãos competentes de trânsito, sendo vedado a utilização de veículo particular.

5.8.1. Havendo a utilização de veículo/transporte custeado pelo projeto, incluindo despesas com combustível, deverá a entidade solicitante especificar a quilometragem estimada de deslocamento, finalidade e vínculo com o projeto.

5.9. Os projetos que contemplem as práticas desportivas deverão observar a Resolução nº 155/2012/CONANDA.

5.10. Os projetos aprovados poderão ser cofinanciados por no máximo 3 (três) anos consecutivos.

5.11. Todos os projetos devem estar direcionados para o município de São Bento do Sul.

6. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

6.1. As OSC's interessadas em participar do processo de seleção deverão protocolar por ofício, seus projetos na sede do CMDCA/SBS, sito à Rua João Mühlbauer, 169 – Serra Alta – São Bento do Sul/SC, no horário das 08 h às 11:30 h e das 13 h às 16 h, no período de 28 de agosto a 08 de setembro de 2023.

6.2. A inscrição de projetos das OSC's será efetuada mediante:

6.2.1. Apresentação dos **anexos**: I - "Requerimento", II - "Formato e descrição técnica do projeto" III - "Declaração de compromisso com a divulgação da parceria entre a OSC e ou Programa Governamental e o CMDCA/FIA".

6.2.2. Cópia do atestado de funcionamento vigente junto ao CMDCA, documento comprobatório do registro previsto no item 3.5 deste edital

6.2.3. Apresentar três orçamentos para cada objeto/profissionais a ser adquirido/contratados, com CNPJ/CPF, data de emissão, nome do estabelecimento, papel timbrado e/ou carimbo da empresa/pessoa física.

6.2.4. O projeto que não estiver de acordo com o **anexo II** deste edital será inabilitado automaticamente.

6.2.5. O **anexo II** "Formato e descrição técnica do projeto" deverá ser entregue em cópia física devidamente identificada e assinada pelo responsável legal da OSC e em mídia eletrônica.

6.3. Para celebração do Termo de Fomento, **anexo VI**, se faz necessário a apresentação dos documentos exigidos pelo Decreto Municipal nº 2131/2013 e seu respectivo Manual de Prestação de Contas, e listados no **anexo IV** deste edital, sendo que os mesmos deverão estar em período de vigência.

6.3.1. No ato da inscrição não será necessário anexar os documentos discriminados no **anexo IV** – "Documentos exigidos para o repasse da contribuição financeira".

6.4. Os projetos apresentados e seus anexos não serão devolvidos, independentemente qual seja o resultado.



6.5. Caso o projeto apresentado pelo proponente exigir a elaboração e execução de projetos técnicos, este(s) deverá (ão) ser assinado(s) pelo respectivo responsável (Engenheiro, Arquiteto, Nutricionista, Fonoaudiólogo, entre outros).

6.6. Os projetos que preveem aquisição de bens materiais (equipamentos de informática, eletrônicos, eletrodomésticos, eletroportáteis, instrumentos musicais, móveis, entre outros) e prestação de serviços de terceiros, deverão ser apresentados, no mínimo 3 (três) orçamentos com as mesmas especificações, exceto no caso em que houver apenas um fornecedor/fabricante ou notório saber, neste caso a OSC deverá apresentar justificativa.

6.7. Não haverá cobrança de taxa de inscrição e não serão aceitas inscrições recebidas por correio.

6.8. Em caso de necessidade de diligências, quando as inscrições dos projetos suscitarem dúvidas ou contiverem informações incompletas, os interessados terão prazo de quarenta e oito horas para o envio das respostas necessárias ao esclarecimento de dúvidas ou complementação de informações, sob pena de desclassificação automática.

6.9. Com a inscrição do projeto, a entidade autoriza desde já, sem quaisquer ônus, a utilização do nome, imagem e voz dos dirigentes e demais profissionais envolvidos com a prática, bem como o projeto no todo ou em parte, seja para fins de pesquisa ou divulgação em qualquer meio de comunicação, por prazo indeterminado.

6.10. No quadro do orçamento do Projeto deverá constar a quantidade de itens que será adquirido, bem como o valor do item de acordo com a média calculada, conforme item 16 do **anexo II**.

6.11. O valor do item a ser adquirido deverá ser feito pela média dos três orçamentos para cada bem e/ou serviço que se deseja adquirir/contratar, que deverá ser lançada no quadro de cotação e com as devidas médias calculadas.

6.12. Para a prestação de contas, o produto/serviço a ser adquirido deverá ser o de menor valor e estar dentro da média de preços apresentada no quadro de orçamento do Projeto, devendo apresentar no mínimo três orçamentos obtidos na tomada de preço, quando de sua compra.

7. DA FASE DE SELEÇÃO

7.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	Publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.
2	Consulta Pública do Edital	a) permanecer em consulta pública por 30 dias corrido após a publicação no DOM/SC, conforme determina a Lei nº 13.019/2014; e

		b) dentro do período da consulta pública, convocar uma reunião com as entidades inscritas no Conselho, com o objetivo de fornecer subsídios para a apresentação dos projetos, conforme determina a Lei nº 13.019/2014.
3	Envio de inscrição de propostas.	Durante o período de inscrição de projetos previsto no item 6.1 deste edital
4	Etapa avaliativa da proposta.	As propostas serão apresentadas em plenária do CMDCA e na sequência serão encaminhados a Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto, devendo esta: a) analisar o atendimento dos critérios de elegibilidade dos proponentes e o enquadramento dos projetos nas normas deste Edital e emitir parecer para cada projeto. b) realizar as diligências previstas no item 6.8. deste edital, caso julgue necessária. c) apreciar e emitir seu parecer, caso seja apresentado interposição de recurso contra o indeferimento da proposta. d) priorizar que a etapa avaliativa seja cumprida em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento das propostas pela plenária do Conselho.
5	Fase de divulgação dos resultados	Após a emissão dos parecer da Comissão de Análise e Acompanhamento de Projetos, o CMDCA deverá: a) publicar a relação dos projetos pré selecionados e abrir prazo para recursos; b) havendo recursos, encaminha para a Comissão de Análise de Acompanhamento de Projetos para averiguação e emissão de parecer; c) avaliar o parecer da comissão refere a análise dos recursos ou, não havendo a interposição de recursos, colocar em votação o relatório final, homologando assim os projetos aprovados.

7.2. Avaliação: as propostas serão avaliadas pela Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto em três fases distintas:

7.2.1. HABILITAÇÃO: consiste no estrito cumprimento deste Edital.

7.2.2. AVALIAÇÃO: os projetos serão avaliados pela Comissão que, se necessário, convocará representante do proponente do projeto para prestar esclarecimentos; realizar visitas *in loco* para avaliação/constatação; e poderá recorrer a quaisquer instâncias externas que julgar necessário, solicitando esclarecimentos e/ou pareceres técnicos para subsidiar a decisão.

7.2.2.1. Se necessário, a Comissão poderá solicitar alteração/adequação na Descrição Técnica do Projeto.

7.2.3. APRECIACÃO: encaminhamento do parecer para apreciação na plenária do Conselho.

7.2.4. Os projetos pré selecionados pela Comissão serão apreciados pela plenária do CMDCA que, publicará a relação dos projetos pré aprovados, a após passado o prazo



de recursos previstos no item 9 deste edital publicará a relação final dos projetos aprovados.

7.3. Os critérios de avaliação são:

1. Objetivos (15 Pontos)			
	Atend e (Nota 3)	Atende Parcialme nte (Nota 2)	Não Atende (Nota 1)
1.1 Adequação ao tema, contendo informações sobre ações a serem executadas e indicadores que aferirão o cumprimento das metas.			
1.2 Qualidade técnica e administrativa.			
1.3 Quadro de profissionais			
1.4 Prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas.			
1.5 Planejamento e avaliação das ações e metas a serem atingidas.			

2. Condições técnicas e físicas (9 pontos)			
	Atend e (Nota 3)	Atende Parcialme nte (Nota 2)	Não Atende (Nota 1)
2.1 Comprovação de que a Organização da Sociedade Civil – OSC – dispõe de condições técnicas e físicas para execução do objeto do projeto.			
2.2 Capacidade técnico-operacional da Organização da Sociedade Civil – OSC – por meio de experiência comprovada de realizações, atividades ou projetos relacionados com o objeto do atual projeto proposto.			
2.3 Cita e descreve com clareza, utiliza diversas linhas metodológicas e descreve bem suas fundamentações, demonstrando conhecimento sobre o tema.			

3. Impacto social da iniciativa (benefícios gerados com a implantação do projeto). (9 Pontos)			
	Atend e (Nota 3)	Atende Parcialme nte (Nota 2)	Não Atende (Nota 1)
3.1 Benefício gerado com a implantação do projeto			




para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.			
3.2 Possibilidade de continuidade da execução do projeto após término do contrato.			
3.3 Benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido.			

4. Inovação e criatividade (6 Pontos)			
	Atend e (Nota 3)	Atende Parcialme nte (Nota 2)	Não Atende (Nota 1)
4.1 Comprovação de que o projeto proposto é inovador e criativo.			
4.2 Possui práticas inovadoras e criativas que promovam a garantias de direitos da criança e do adolescente.			

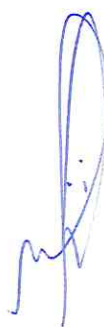
5. Análise do valor proposto (6 pontos)			
	Atend e (Nota 3)	Atende Parcialme nte (Nota 2)	Não Atende (Nota 1)
5.1 O valor da proposta é compatível com os preços praticados no mercado.			
5.2 O valor é compatível com as metas/etapas do projeto e com o número de crianças e/ou adolescentes a serem atendidos.			

7.4. Serão eliminadas aquelas propostas cuja pontuação total for inferior a 16 (dezesseis) pontos, somados no item 7.3 deste edital.

7.5. Nos critérios de julgamento, serão privilegiados, a inovação e criatividade, bem como, a experiência no atendimento às crianças ou adolescentes e oferecimento de espaço favorável, inovador e criativo.

7.6. Os critérios de desempate serão os elencados no item 7.3 na ordem em que se encontram. Em persistindo o empate, a plenária do CMDCA fará o desempate tendo como referencial o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente de São Bento do Sul.

7.7. No caso de apresentação de mais de um projeto por entidade, será analisada a abrangência/público alvo e finalidade e poderá ser considerada a designação de prioridade apontada pela entidade.




7.8. Após o processo de avaliação proposto no item **7.3** deste edital os projetos habilitados serão encaminhados à plenária do CMDCA/SBS de forma a garantir a adequação dos projetos inscritos aos objetivos deste Edital, que publicará no DOM a relação dos projetos pré selecionados.

7.9 Após o prazo para apresentação de recurso previsto no item **9.1** deste edital, o parecer final da Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto segue para homologação do CMDCA conforme o item **9.2** deste mesmo edital.

8. COMISSÃO AVALIADORA

8.1. A Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público a ser constituída na forma de Resolução, observando ainda normas específicas do Conselho, previamente à etapa de avaliação das propostas, pelo CMDCA.

8.2. O ato de designação da Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto será publicado em meio oficial de comunicação, com composição integral de conselheiros do CMDCA, devendo participar pelo menos 01 (um) servidor efetivo do quadro de pessoal da administração pública do município.

8.3. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos do inciso III do art. 39 da Lei nº 13.019 de 2014.

8.4. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014).

8.5. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

8.6. A Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

9. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

9.1. Poderá ser apresentado recurso contra o resultado dos projetos pré selecionados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação da decisão previsto no item



7.8 deste edital, apresentando justificativa e/ou documentos que fundamentem a revisão do resultado.

9.2. Após o julgamento dos recursos pela Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, os projetos pré selecionados serão homologados pelo CMDCA, com divulgação e publicados na página do sítio oficial do Município de São Bento do Sul, cujo site é www.saobentodosul.sc.gov.br.

10. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

10.1. O resultado final da seleção dos projetos estará disponível na página do Município, www.saobentodosul.sc.gov.br, e no Diário Oficial dos Municípios – DOM após aprovação em reunião plenária do CMDCA/SBS

10.2. A entidade também será notificada por correspondência eletrônica sobre a aprovação de seu projeto (salientando que será utilizado o endereço eletrônico informado no projeto).

10.3. Os projetos/instituições vencedoras receberão a importância a eles destinados de acordo com o cronograma de desembolso de cada um, ou seja, o desembolso poderá ser em parcelas.

11. DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA O REPASSE DA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA.

11.1. A partir da divulgação da homologação dos projetos aprovados, previsto no item 7.9 e 9.2 deste edital, impreterivelmente a entidade terá até quinze dias úteis, para entregar e protocolar a documentação que consta no **anexo IV**, na sede do CMDCA/SBS, sito à Rua João Mühlbauer, 169 – Serra Alta – São Bento do Sul/SC, no horário das 08 h às 11h30min e das 13 h às 16 h, devendo constar:

11.1.1. Documentação completa discriminada no **anexo IV**;

11.1.2. Plano de Trabalho estabelecido no **anexo V**; e

11.1.3. Declarações estabelecidas no **anexo IV**, devidamente assinadas e em papel timbrado da instituição.

11.2. A entidade que não cumprir a entrega da documentação completa no prazo aqui estabelecido perderá automaticamente o direito de recebimento do recurso no ano-calendário deste Edital, salvo justificativa fundamentada e aprovada pelo CMDCA/SBS.

11.3. A necessidade superveniente da documentação acima poderá ser requerida a entidade, devendo ser entregue no prazo de até 15 dias úteis a contar do recebimento da notificação, sob as penas previstas no item 14.3 deste edital.

11.4. Os projetos aprovados pelo CMDCA/SBS serão encaminhados ao Departamento do Controle Interno da Prefeitura de São Bento do Sul com a documentação e anexos previstos no item 11.1 deste edital que procederá com a tramitação legal.



12. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

12.1. Os projetos aprovados pelo CMDCA/SBS e que finalizaram o prazo de execução dos mesmos, deverão protocolar a prestação de contas dos recursos recebidos de acordo com o Termo de Parceria assinado, na sede do CMDCA/SBS.

12.2. Após a ciência da prestação de contas, a plenária do CMDCA/SBS encaminhará a documento da mesma à Comissão de Administração e Fiscalização do FIA para seu parecer,

12.3. Diante do parecer previsto no item anterior, a plenária do CMDCA colocará em votação o parecer, encaminhando em seguida ao Departamento de Controle Interno da Prefeitura de São Bento do Sul, acompanhado da documentação original, cópia do parecer da Comissão de Administração e Fiscalização do FIA e cópia da ata do CMDCA da deliberação da prestação de contas.

12.4. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo, quantidade, preço unitário e preço total de cada item.

12.5. No caso de cursos e palestras deverá ser apresentado ficha de inscrição, lista de presença dos participantes com Nome, número de RG ou CPF, telefone de contato e endereço eletrônico, bem como fotos do evento além de outros documentos comprobatórios que a entidade julgar pertinente apresentar para comprovar a realização do evento.

12.6. As contas apresentadas e não aprovadas pelo órgão competente, após parecer do Departamento de Controle Interno, obrigam a entidade, no prazo impreritível de 05 (cinco) dias a partir da notificação, a devolver os valores recebidos devidamente atualizados segundo os índices oficiais (UFM – Unidade Fiscal Municipal), sob pena das consequências previstas na legislação respectiva, de ordem administrativa, civil e criminal, bem como daquelas previstas no item **14.3** deste edital.

12.7. Ressalta-se que na conta bancária exclusiva não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer ao Decreto Municipal nº 2131/2023 e no seu respectivo Manual para Prestação de Contas (ANEXO VII)

13. CRONOGRAMA/PRAZOS

a) aprovação do Edital: até o dia **26/07/2023**.

b) lançamento do Edital: **até 3 dias úteis pois aprovação do edital.**

c) consulta pública: **por 30 dias após a publicação no DOM.**

d) reunião para apresentação do edital: **15/08/2023.**

e) apresentação/entrega dos projetos: de **28/08/2023** a **08/09/2023**.

f) análise pela Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto: de **11/09/2023** à **22/09/2023**.



- g) Deliberação pelo CMDCA/SBS sobre a classificação dos projetos habilitados pela Comissão: **25/09/2023.**
- h) Publicação dos projetos pré selecionados, dando prazo para interposição de recurso: **até 5 (cinco) dias uteis;**
- i) análise das interposições de recurso pela Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto:
- j) homologação do resultado pelo CMDCA, após apresentação do parecer da Comissão mencionado na alinéa anterior (i) e divulgação dos projetos aprovados: **no primeiro dia útil após o fim do prazo para interposição de recursos ou da homologação do resultado pelo CMDCA, mencionado na alinéa anterior (i).**
- l) entrega da documentação referente ao item 11.1 deste edital: **até 15 (quinze) dias úteis após a notificação via correspondência eletrônica pelo CMDCA/SBS.**

14. TERMO DE COMPROMISSO

14.1. A entidade proponente, aceita as condições estabelecidas por este Edital e se responsabiliza por todas as informações contidas na sua proposta e no seu cadastramento, comprometendo-se a comprovar a veracidade destas quando for solicitada.

14.2. A instituição beneficiada deverá divulgar a execução do projeto em, no mínimo, 3 (três) diferentes veículos de comunicação (inclusive imprensa local escrita – jornal), sendo uma delas, encaminhada ao Departamento de Imprensa da Prefeitura.

14.2.1. Na publicação deverá constar o nome do projeto, o objetivo, período de vigência, o valor recebido e que o mesmo foi contemplado com recursos do FIA.

14.2.2. A divulgação deve ser comprovada juntamente na prestação de contas do referido projeto.

14.3. A não observância destas condições, inclusive do item **14.2** deste edital, implica o cancelamento automático da proposta, inclusive com a devolução total, atualizado pela Unidade Fiscal do Município (UFM), dos recursos subvencionados, caso já tenha recebido o recurso e na exclusão do proponente de eventual solicitação de recursos do FIA no edital subsequente, estando também sujeita às penalidades previstas em lei.

14.4. A entidade deverá comprovar o vínculo empregatício de todos os profissionais envolvidos e citado no Projeto. Os documentos comprobatórios deverão ser entregues conforme determina o item 13 deste edital.

15. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

15.1. A qualquer tempo o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, por motivo de interesse público, no todo ou em parte, sem que isso implique o direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

16. INFORMAÇÕES ADICIONAIS



16.1. A liberação do recurso deverá acontecer, após aprovação de Lei específica, pela Câmara de Vereadores e respeitando o cronograma do Departamento de Controle Interno e da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de São Bento do Sul.

16.2 havendo sobra de recurso, oriundo da economicidade na execução do projeto, a entidade poderá solicitar ao CMDCA/SBS a ampliação da quantidade dos objetos/itens solicitados, previsto no item 16 do **anexo II** deste Edital.

16.2.1. A entidade poderá solicitar diretamente a plenária do CMDCA/SBS, sem necessidade do parecer da Comissão de Análise e Acompanhamento de Projetos, uma vez que esta está ciente do Projeto.

16.3. O descumprimento de qualquer uma das regras que regulamentam o presente edital acarretará a desclassificação do candidato.

16.4. Os casos omissos serão resolvidos pela plenária do CMDCA/SBS.

16.5. Das decisões sobre a improcedência apreciando o recurso administrativo interposto pela parte preterida não caberá novo recurso.

16.6. Todos os projetos em execução poderão ser fiscalizados a qualquer momento pelos (as) Conselheiros (as) do CMDCA/SBS, independente de prévio aviso.

16.7. Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste edital poderão ser obtidos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, sito à Rua João Mühlbauer, 169 – Serra Alta – São Bento do Sul/SC, no horário das 08 h às 11h30min e das 13 h às 16 h, com o Secretário Administrativo do CMDCA de São Bento do Sul, ou por telefone (47) 3633-7041.

17. DO FORO

17.1 Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul, renunciando as partes a qualquer outro foro, mesmo que privilegiado.

São Bento do Sul, SC, 26 de julho de 2023.



Gilmar Luiz Pollum
Gestor do FIA de São Bento do Sul



Antônio Jauri da Costa
Presidente do CMDCA de São Bento do Sul

PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO I – Minuta do Requerimento

São Bento do Sul, de de

Ao

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Prezado Conselho

Atendendo ao **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA Nº 06/2023**, encaminhamos o projeto “.....” para apreciação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, objetivando captar recursos através do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência de São Bento do Sul (FIA).

Esclarecimentos acerca do projeto supracitado, poderão ser prestados pelo(a) Sr(a) pelo(s) telefone(s) ou endereço eletrônico

Atenciosamente;

FULANO(S) DE TAL

Presidente, Diretor, Gerente, Coordenador da Entidade
ou Programa/Secretário Municipal
(poderá constar mais de uma assinatura se for o caso)

